



Revista Organizações & Sociedade

2022, 29(103), 803-830

© Autor(es) 2022

DOI 10.1590/1984-92302022v29n0038PT

ISSN 1984-9230

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Josiane Oliveira

Recebido: 28/03/2022

Aceito: 26/07/2022

(Con)figurar o Empreendimento, (Con)formar a Vida: Estratégia de Viver a Vida em Refúgio como Empreendedor Étnico à Luz do Trabalho Imaterial

Laura Alves Scherer^a

Vanessa Amaral Prestes^b

Carmem Ligia lochins Grisci^c

^a Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento,
Brasil

^b Universidade La Salle, Canoas, Brasil

^c Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,
Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a estratégia de viver a vida de refugiados sírios, tomando o empreendimento étnico à luz da noção de trabalho imaterial. Realizou-se um estudo qualitativo e exploratório na cidade de Porto Alegre (Brasil), a partir de um *corpus* de pesquisa que teve como foco temático a etnicidade nos empreendimentos do ramo alimentício de refugiados sírios. Os dados foram acessados por meio de notícias de jornal, visitas aos empreendimentos, consumo de produtos, entrevistas narrativas e observação direta com registros fotográficos e em diários de campo. Participaram da pesquisa refugiados sírios interligados por laços familiares e de origem que compartilham dois empreendimentos — uma lancheria e uma confeitaria étnica. A

análise resultou em três eixos: (a) percursos e percalços no refúgio; (b) trabalho imaterial como empreendimento étnico; e (c) ser empreendedor étnico como estratégia de viver a vida em refúgio. Evidencia-se que os modelos metafóricos de errante e de jogador auxiliam a ilustrar a produção de subjetividade se delineando em direção ao empreendedor étnico como uma estratégia de viver a vida de refugiado operacionalizada pelo trabalho imaterial. Tais conclusões trazem a perspectiva analítica da subjetividade aos empreendimentos étnicos ao mostrar que o empreendedor étnico em correspondência ao empreendedor de si no trabalho imaterial opera no sentido da produção/composição/afirmação da estratégia de viver a vida em refúgio. Assim, ao (con)figurar o empreendimento, (con)forma a vida.

Palavras-chave: refugiados; sírios; trabalho imaterial; subjetividade; empreendedorismo étnico.

Introdução

As transformações do trabalho relativas às formas de vida e à produção de subjetividade correspondem à realidade capitalista global (Camargo, 2011; Cocco, 1995; Gaulejac, 2007; Lazzarato & Negri, 2001; Lazzarato, 2017; Scherer, Grisci, & Chanlat, 2021; Sennett, 2012). Compreendidas pela noção de trabalho imaterial, essas transformações ressaltam que o trabalho como produção não pode prescindir e deixar de combinar com o trabalho sobre si (Lazzarato, 2014). Isso remete ao entendimento de que o trabalho imaterial consiste na mobilização total do indivíduo para o trabalho manual e intelectual concomitantemente, sendo a demanda por seu conhecimento, comunicação, informação, cooperação, cultura e afetividade a ênfase direcionada para a produção capitalista (Camargo, 2011; Cocco, 1995; Gorz, 2005; Grisci, 2011; Lazzarato & Negri, 2001).

Assim, o “capitalismo dos dias de hoje encontra o saldo positivo que procura ... na implicação subjetiva que todo ‘trabalhador imaterial’ deve demonstrar”, inclusive aqueles mais vulneráveis e imbricados em fluxos de deslocamento (Lazzarato, 2014, p. 51), como o caso de refugiados. Para Scherer et al. (2021), as associações provenientes do trabalho imaterial são capazes de formar alternativas favoráveis aos modos de trabalhar e viver de refugiados, como a criação de empreendimentos em redes de cooperação.

Nesse sentido, este estudo busca associar à lógica do trabalho imaterial o empreendedorismo étnico, que tem como base a conexão entre o capital social e o uso de recursos étnicos em empreendimentos (Dabić, Vlačić, Paul, Dana, Sahasranamam, & Glinka, 2020; Light, 1998). Considera-se que características culturais e sociais específicas de cada grupo contemplam e operam elementos como valores, conhecimentos, habilidades, informação, solidariedade e ética profissional (Light, 1998; Rahman, Alshawi, & Hasan, 2021; Zhou, 2004), em uma rede de cooperação (Lazzarato & Negri, 2001; Sennett, 2012) que refugiados atentam a favor do empreendimento étnico, o que de antemão leva ao argumento de uma correspondência do trabalho imaterial ao exercício e à *performance* do empreendedor étnico.

Dada a vulnerabilidade no deslocamento forçado que caracteriza a migração do refugiado, argumenta-se, também, que o empreendedor étnico apresenta uma estratégia de viver a vida que contempla percursos e percalços no refúgio. Modelos metafóricos relativos à estratégia de viver a vida em deslocamento, apresentados por Bauman (2011) — andarilho, jogador, turista e errante —, mostram-se relevantes para a discussão do refúgio também na realidade brasileira.

A Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2021) divulgou que, até 2020, 26,4 milhões de indivíduos que atravessaram fronteiras de países foram reconhecidos como refugiados, 4,1 milhões aguardavam decisão relativa à solicitação de refúgio com necessidade de proteção e 51,9 milhões estavam em situação similar de deslocamento. No Brasil, dados do Relatório Refúgio em Números divulgam 57.099 indivíduos reconhecidos como refugiados até 2020, embora o número de solicitações desse reconhecimento seja consideravelmente maior — foram 265.729 pedidos entre 2011 e 2020 (Silva, Cavalcanti, Oliveira, Costa, & Macedo, 2021).

Tal fato ocorre porque o Brasil reconhece como refugiados somente aqueles que se enquadram no conceito das Nações Unidas — indivíduos em deslocamento forçado devido à perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política, conflitos, violência ou grave e generalizada violação de direitos humanos (UNHCR, 2021) —, que foi definido na Convenção de Genebra em 1951 e estabelecido no país pelo Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.474/1997). Para os demais solicitantes, conforme a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), há outras categorias como imigrante, fronteiriço, visitante e apátrida. É o caso dos haitianos que, em sua maioria, são imigrantes e recebem visto de acolhida humanitária (Yamamoto & Oliveira, 2021). Embora exista a distinção e reconhecimento legal, na prática os desafios para integração no país anfitrião podem se assemelhar para aqueles em situação de vulnerabilidade (Faria, Ragnini, & Brüning, 2021).

Até 2018, a Síria era o país com maior número acumulado — 3.326 refugiados reconhecidos em todo o país (Brasil, 2018). Desde 2019, passou para a segunda posição (3.594 refugiados em 2020), sendo a Venezuela o primeiro país (46.412 refugiados em 2020) (Silva et al., 2021). Entre as cidades brasileiras, Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, está entre aquelas que mais recebem imigrantes e refugiados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019).

Diante do exposto, objetiva-se apresentar e analisar a estratégia de viver a vida de refugiados sírios, tomando o empreendimento étnico à luz da noção teórica de trabalho imaterial. Para isso, realizou-se pesquisa qualitativa exploratória com seis refugiados sírios, interligados por laços familiares e de origem, a partir de suas vivências em dois empreendimentos étnicos na cidade de Porto Alegre, pertencentes ao ramo alimentício e condizentes com a noção de trabalho imaterial.

Ao considerar a revisão integrativa realizada por Dabić et al. (2020), o tema empreendedorismo imigrante tem apresentado bases teóricas da sociologia (como capital social, teorias culturais e da desvantagem e teorias clássicas), economia (como custos de transação e teorias clássicas), psicologia (como competências e análise em nível micro) e estudos organizacionais e empreendedorismo (como teoria baseada em recursos, redes sociais e relações interorganizacionais e teorias de estratégia) com predominância de pesquisas positivistas e quantitativas em contextos da América do Norte, Europa e Ásia.

Nesse sentido, este artigo se diferencia, pois contribui para a compreensão da dinâmica do empreendedorismo étnico de imigrantes no Brasil, especialmente por tratar do surgimento de empreendimentos gerenciados por indivíduos em situação de refúgio, cuja característica da migração forçada os distingue dos demais imigrantes. O estudo também se diferencia por ser realizado a partir de uma pesquisa qualitativa com narrativas, diários de campo e fotografias que auxiliam a ilustrar as migrações sul-sul, fenômeno atual que se difere dos destinos comuns de migração para o norte global. Assim, adiciona-se aos estudos já existentes a noção de trabalho

imaterial como impulsionador da dinâmica de funcionamento de tais empreendimentos, problematizando as consequências do trabalho para a subjetividade dos trabalhadores refugiados em um contexto diferente dos estudos que são realizados predominantemente na Europa, Ásia e América do Norte. A seguir, encontram-se o referencial teórico, o caminho metodológico e a apresentação e análise dos resultados. Por último, as considerações finais.

Aproximando refúgio à noção de trabalho imaterial

O debate sobre trabalho imaterial nasce da preocupação de sociólogos e filósofos em estudar as transformações do capitalismo, os modos de trabalhar e os consequentes impactos dessas mudanças para a subjetividade dos trabalhadores. André Gorz, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, engajados no chamado movimento de operaísmo italiano e do pós-estruturalismo francês, foram os precursores desses estudos (Camargo, 2011). Atualmente, outros autores dão continuidade a esse debate e outros, ainda que não utilizem o termo, abordam características demandadas e investidas pelo trabalhador contemporâneo que coincidem com a noção teórica de trabalho imaterial. Esses estudiosos desenvolveram teses que, embora não sejam idênticas em seus pontos de partida epistêmicos e em seus desdobramentos, se conectam quando analisam os modelos de produção pós-fordista e as relações concebidas a partir deles, tendo como cerne a mobilização e centralidade do conhecimento do trabalhador como força produtiva por meio de redes de cooperação.

A noção de trabalho imaterial pode ser compreendida pelas “atividades que produzem um bem material ou imaterial, que se caracteriza pela prevalência da comunicação, informação, cooperação e cultura na produção de uma determinada mercadoria” (Camargo, 2011, p. 8). Ela também é caracterizada por descontinuidades constitutivas e gera implicações às concepções de tempo e espaço, de modo que se mostra cada vez mais improvável a demarcação de tempos e espaços de trabalho e não trabalho. De acordo com Gorz (2005), o trabalho imaterial passa a apelar para as atividades de lazer (ou qualquer modo de não trabalho) como forma de investimento, fato que levaria indivíduos a subtraírem parte de suas vidas à aplicação integral no trabalho.

De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, e dizia respeito antes ao ciclo reprodutivo torna-se a matéria-prima do próprio capital, ou torna-se o próprio capital. Isso tudo que antes pertencia à esfera privada, à vida íntima, ou até mesmo do que há de artístico no homem, daquilo que caracteriza mais o artista do que o operário, passa a ser requisitado na produção. (Pelbart, 2003, p. 99)

Segundo Grisci (2011), Mansano (2009) e Pelbart (2003), a reivindicação por um trabalho mais criativo e imaginativo obrigou a lógica capitalista a operar no inconsciente, na sensibilidade e nos afetos dos indivíduos, de modo a colocá-los sempre à disposição do trabalho, mobilizando-os por inteiro. Nessa lógica, relações afetivas e momentos de lazer podem ser, gradativamente, deixados em segundo plano em prol de compromissos organizacionais, ou rentabilizados para o trabalho imaterial, que conta com as experiências de vida.

A mobilização do indivíduo, apontada por Gorz (2005), diz respeito a esse alcance do trabalho em todos os âmbitos da vida. O trabalhador do imaterial, diz o autor, dá “às atividades lúdicas, esportivas, culturais e associativas, nas quais a produção de si é a própria finalidade, uma importância que enfim ultrapassa a do trabalho” (p. 23).

Para Lazzarato e Negri (2001), a transformação que começou na década de 1970 caminha para uma direção hegemônica e se apresenta de forma irreversível, caracterizando um trabalho vivo, cada vez mais intelectualizado e comunicativo. O sentido dessa hegemonia do trabalho imaterial em relação ao trabalho material não diz respeito à substituição de um por outro. Mais do que isso, as tarefas de trabalho imediato estão cada vez mais subordinadas à capacidade de tratamento da informação.

Em síntese, entende-se que as novas práticas do *management* produzem na sua centralidade um trabalho vivo e tornam cada vez mais fluídas as divisões entre produtor e consumidor, trabalho físico e intelectual, tempo-espaço de trabalho e de tempo-espaço de não trabalho (Gaulejac, 2007; Grisci, 2011; Lazzarato & Negri, 2001; Sennett, 2012). Nessa lógica, associa-se a noção de trabalho imaterial a todo trabalho realizado, sendo esse intelectual, braçal, produtor de mercadorias ou de serviços. Segundo Cocco (1995), “no cruzamento da nova relação que liga a produção e o consumo, o trabalho imaterial pode ser justamente definido como a interface que torna ativa e organiza a relação criativa produção-consumo inovando continuamente as condições de comunicação” (p. 1171). Lazzarato e Negri (2001) pontuam que o trabalho imaterial se desenvolve por meio de formas cooperativas, de redes produtivas criadas a partir do envolvimento, cada vez mais acentuado, do trabalhador com o seu trabalho.

Estudos mais recentes no cenário brasileiro têm abordado a perspectiva do trabalho imaterial para pensar as relações contemporâneas e analisar campos de trabalho em contextos diferentes daqueles estudados pelos autores precursores, que se aprofundavam especialmente na Europa. Como exemplos, podem ser citados estudos sobre o trabalho docente (Hypolito & Grishcke, 2013), pesquisas de *designers* (Mansano & Périgo, 2020), de músicos independentes (Grillo, 2016); de modelos de moda expatriados (Prestes & Grisci, 2017) e de refugiados artesãos, artistas e *chefs* de cozinha (Scherer et al., 2021). Tais esforços são relevantes no sentido de que campos de atuação distintos, por meio do trabalho imaterial, acabam apropriando a subjetividade e até mesmo a existência dos trabalhadores em prol do capital. Desse modo, a mobilização do trabalhador se constitui como pilar de sustentação da produção e da riqueza.

Assim como transformações do trabalho prometem emancipação pela experimentação de novas formas de vida que surgiriam por meio do trabalho ético-político sobre si, ou seja, pela imposição de capacidade produtiva de cada indivíduo, transformações do capitalismo global impelem deslocamentos forçados. Nessa perspectiva é “imperativo tomar para si os riscos e os custos para os quais nem a atividade comercial, nem o Estado estão dispostos a pagar” (Lazzarato, 2014, p. 51).

Deslocamentos fazem circular não apenas os indivíduos, mas uma multiplicidade que diz respeito à terra natal, à língua materna, aos costumes locais, aos modos de relacionamento, aos gestos, aos ritmos e ritos, à retórica, à arte, às normas estéticas, enfim, à vida engendrada nos diversos espaços sociais (Gorz, 2005; Lazzarato, 2014; Lazzarato & Negri, 2001). Inerentes ao indivíduo, tais multiplicidades ultrapassam fronteiras. É disso que o trabalho imaterial se vale no

sentido de que, conforme Lazzarato e Negri (2001), são as atividades desenvolvidas fora do trabalho que estimulam sua vivacidade. Logo, os modos de trabalhar se apropriam e exploram os investimentos em saberes característicos de um determinado país, região e/ou cultura, gerando valor ao indivíduo.

Segundo Scherer et al. (2021), o refugiado, “no país de acolhimento ou de trânsito, é aquele que se encontra em posição menos estável e em diferentes ancoragens precárias como inserções parciais e provisórias também condizentes com a lógica do trabalho imaterial” (p. 379). Outros estudos realizados no contexto brasileiro corroboram o entendimento sobre as limitações de acesso e de mobilidade social disponíveis para imigrantes e refugiados no país de acolhimento. Faria et al. (2021), por exemplo, ressaltam que, embora haja o reconhecimento legal e a inclusão laboral de imigrantes e refugiados no Brasil, ainda não se legitimou o reconhecimento social. Ainda permanecem obstáculos e exclusão do ponto de vista cultural (discriminação e racismo), político (reconhecidos como mão de obra barata, e não como cidadãos) e econômico (trabalhos informais, precários e de baixa qualificação). Já Yamamoto e Oliveira (2021) discorrem que a busca pela inclusão social e laboral demanda deslocamentos para além da migração internacional. Os imigrantes realizam práticas organizativas do cotidiano por meio de redes sociais, que engendram as experiências de mobilidade em um contexto não só econômico, mas também político. Tal prática organizativa pode ser associada às redes de cooperação afetivas e inventivas do trabalho imaterial.

Aproximar refúgio e trabalho imaterial implica considerar refugiados como trabalhadores que buscam inserção social e laboral no país de acolhimento, em uma perspectiva de vida correspondente à vontade de viver diante de situações-limite. Para refugiados, o empenho de si relativo à ultrapassagem de barreiras de acesso aos sistemas e à morosidade dos processos burocráticos relativos ao refúgio, exemplos apontados por Jardim (2016), também podem ser considerados como uma etapa do trabalho realizado.

Conforme esclarece Lazzarato (2014), a “força do capitalismo reside em sua capacidade de integrar o funcionamento do desejo como ‘economia dos possíveis’ dentro de seu próprio funcionamento, a fim de promover e solicitar uma nova figura subjetiva: o sujeito econômico como ‘capital humano’ ou empresário de si mesmo” (p. 50). Na ideologia da realização de si é o próprio potencial de desenvolvimento que se coloca em sinergia com os propósitos de rentabilidade da empresa. Uma boa gestão de si, na perspectiva da autorrentabilização, seria, portanto, o fator chave do sucesso tanto do indivíduo como da empresa (Gaulejac, 2007). Ainda que “o capital explore a vida, não significa que a vida coincida com o capital. . . . Essa separação sempre é possível, pois o processo de subjetivação está sempre por fazer”, alerta Lazzarato (2017, p. 237).

Diante da exaustiva divulgação de liberdades ampliadas, as escolhas recaem, cada vez mais, sobre os ombros do indivíduo — do qual é demandado que saiba gerir, controlar, e vigiar a si (Gaulejac, 2007). Essa atividade invisível de produzir-se (a si mesmo), embora silencie sobre a precariedade do trabalho, é a chave que possibilita o acesso ao mundo social do emprego, como de antemão é possível avistar o modo como refugiados formam suas redes de cooperação e direcionam seus esforços em relação ao trabalho no país de destino. Sennett (2012) alerta que o laço com a comunidade era forte característica do trabalhador em um período fordista, o que era evidente entre imigrantes de mesma nacionalidade em seus empreendimentos étnicos. Entretanto, no pós-fordismo esses laços se tornaram mais frágeis, devido à prevalência do individualismo como uma nova característica do trabalho, com especialização flexível, fluidez, adaptação, correr riscos,

agilidade — tal qual o trabalho imaterial. O autor afirma que os laços da comunidade ainda são uma passagem, ainda que “de forma mais elementar, do senso de mútua dependência” para compor-se no mundo dos negócios (p. 160) — o que pode se configurar como uma das estratégias de sobrevivência de refugiados por meio do investimento em empreendimentos étnicos.

Empreendimento étnico

Durante as últimas décadas, o empreendedorismo étnico, minoritário e imigrante tem suscitado um crescente interesse acadêmico (Dabić et al., 2020). O empreendimento étnico é uma das principais atividades desempenhadas por indivíduos que migram para outros países, gerando renda e desenvolvimento econômico para a sociedade que os recebe (Cruz & Falcão, 2016). O produto étnico, aquele que contempla herança cultural e identitária, é a principal razão para o surgimento de empreendimentos de imigrantes, sobretudo em locais onde a demografia é composta por um histórico de migração (Rahman et al., 2021; Zhou, 2004), embora seja preciso salientar que nem todo empreendedor imigrante é um empreendedor étnico (Zhou, 2004).

Com relação a refugiados, especificamente, o empreendimento étnico pode ser uma das poucas alternativas encontradas por esse grupo minoritário diante das escassas oportunidades de trabalho que se apresentam no país de destino (Cruz & Falcão, 2016), agravadas por uma “mobilidade bloqueada”, que se refere a um contexto de fortes barreiras estruturais aos estrangeiros (Light, 1998; Rahman et al., 2021; Waldinger, Aldrich, & Ward, 1990). Sendo essas as características fundamentais que atravessam o empreendedorismo étnico, minoritário e imigrante (Dabić et al., 2020), o foco desta pesquisa recai na atividade empreendedora iniciada por imigrantes e refugiados, que tem como cerne um produto ou serviço étnico.

Estudos precusores sobre o tema, como o de Waldinger et al. (1990), sustentavam a tese da assimilação econômica, a qual previa que os empreendimentos de imigrantes, mesmo que tivessem começado seus negócios com foco na etnicidade, perdiam sua identidade étnica ao longo do tempo, buscando aproximação com os *mainstream businesses* locais. Ressalta-se a prevalência de indagação acerca do processo de adaptação desses indivíduos em um país diferente do seu de origem. Aldrich e Waldinger (1990), por exemplo, verificaram que os empreendedores étnicos apresentam maleabilidade em relação ao ambiente que os recebe, adaptando especificidades dos seus negócios conforme as demandas do mercado. Essa maleabilidade também se refere aos recursos disponibilizados na localidade, que variam substancialmente entre as sociedades e ao longo do tempo.

Estudos mais recentes mostram que empreendedores étnicos preservam relacionamento próximo a grupos de mesma etnia, uma vez que compartilham cultura e origem, e acabam direcionando seus produtos e serviços para esses compatriotas, também conhecidos como coétnicos. Manter a clientela de compatriotas também pode trazer inovação (Rahman et al., 2021), bem como estratégias coletivas de enfrentamento à precariedade e à falta de reconhecimento social de seus empreendimentos (Idriss, 2021). Há, ainda, estudos que mostram que outros empreendedores apostam no ineditismo da oferta de produtos para a cultura do país de destino, tendo como público principal os nativos que ainda desconhecem os produtos e serviços a serem ofertados (Zhou, 2004). Percebe-se que as estratégias de empreendedorismo imigrante são diversificadas, podendo alcançar participação no mercado étnico e não étnico, a depender de

especificidades demográficas, políticas e econômicas locais. Vislumbra-se, desde já, a formação de uma rede de cooperação própria do trabalho imaterial, favorável ao surgimento e à manutenção do empreendimento étnico.

As redes de laços sociais a partir de uma lente sociológica se configuram como tema presente nos estudos de empreendedorismo étnico, pois elas impulsionam capital financeiro, social e humano, além de operar como rede de apoio emocional aos imigrantes (Dabić et al., 2020; Diniz, Guimarães, & Fernandes, 2019; Idriss, 2021; Zhou, 2004). O estudo de Diniz et al. (2019) destaca o impacto das redes sociais no acolhimento de empreendedores refugiados no Brasil — a partir da história de vida de um sírio que começou a vender quibe na sua comunidade religiosa e atualmente gerencia seus dois restaurantes étnicos —, sendo essa uma importante estratégia de apoio utilizada durante a implementação, o desenvolvimento e a divulgação dos negócios, o que também remete a uma estratégia para inserção econômica e social.

Wessendorf e Farrer (2021) apontam que restaurantes são alternativas de empreendimentos comuns para imigrantes, como também mostra a presente pesquisa, pois funcionam como ponto de interação de pessoas com diferentes culturas, etnias, religiões e idiomas, até mesmo em locais onde a diversidade cultural ainda é emergente. Os autores explicam que embora os imigrantes proprietários busquem adaptar seus empreendimentos a hábitos culturais locais, a comida pode ser uma oportunidade de os clientes conhecerem as normas culturais da origem dos proprietários dos empreendimentos étnicos.

Compreende-se que a cultura de origem, apesar de ser o fator crucial dos empreendimentos étnicos e ponto discutido nas áreas de administração e sociologia, incluindo estudos internacionais sobre empreendedorismo e migração (Dabić et al., 2020), ainda é pouco discutida quando se relaciona à subjetividade. Prestes e Grisci (2021) se aproximam dessa perspectiva ao evidenciarem que imigrantes utilizam sua origem como um modo de (re)criar seus territórios, ou seja, usam elementos étnicos pregressos no país de destino como um modo de se sentirem mais seguros e fazerem daquele novo ambiente a sua nova casa a partir desses elementos de origem que levam consigo ou buscam organizar para além das fronteiras de seus países.

A partir disso, argumenta-se que as configurações das atividades empreendedoras são diversas e podem ser analisadas em relação aos modos de produção de subjetividade que mobilizam os indivíduos até o país de destino e que configuram seus empreendimentos. Tais configurações repercutem em diferentes estratégias de viver a vida em deslocamento.

Estratégia de viver a vida em deslocamento

Ao discutirem acerca da ideia de um projeto de vida, Bauman e Raud (2018) argumentam sobre a pertinência e a sustentação, nos dias que correm, de um projeto de vida a realizar-se nos seguintes moldes, aquele que: (a) desde cedo, de uma vez por todas, se forjaria passo a passo, estabelecido para toda uma vida; (b) ainda não totalmente visualizado, comportaria a esperança de vir a ter suas brechas preenchidas ao longo do caminho; e (c) inconcluso, é tomado em uma perspectiva flexível, aberto e ávido por experimentações — conhecidas ou não — a serem aprendidas.

Para os autores, os dois primeiros modelos são fadados ao fracasso, e o terceiro se mostra condizente com os contínuos desvios de rota apresentados em tempos líquidos. Tais desvios podem ilustrar-se em perspectiva ainda mais exacerbada como exemplificam conflitos, guerras, desastres e colapsos sociais, econômicos e ambientais, compreendidos como elementos provocadores de deslocamentos forçados, como é o caso dos refugiados deste estudo que se deslocaram pela força da guerra.

Diante de deslocamentos forçados, uma estratégia de viver poderá ser condizente com o que anunciam Bauman e Raud:

Flexibilidade, não coerência; a disposição e a habilidade de mudar destinos e veículos no curso da jornada existencial, e não fixação em crenças e hábitos adquiridos; no final das contas, esquecer em vez de memorizar: esses são os lemas da vez. Trabalhar não tanto em função de uma condição ideal distante, mas aproveitando ao máximo as oportunidades, endemicamente transitórias, do momento. (Bauman & Raud, 2018, p. 80)

Associa-se a vulnerabilidade da vida em refúgio ao horror de estar preso e fixo, aspecto que Bauman (2011) relaciona aos quatro estilos de vida — andarilho, jogador, turista e errante — que, conjuntamente, remetem à metáfora para a estratégia da vida líquida. Esses quatro estilos cantam “às vezes em harmonia, mas com mais frequência em cacofonia” (Bauman, 2011, p. 126). Embora tomados entrelaçados, há restrições no sentido de considerá-los como um estilo padronizado de vida, uma vez que, de acordo com o autor, cada um deles guarda certa dose de ambivalência e segue “de alguma forma na direção de dar conta da inquietação, da inconstância e da indecisão notórias das estratégias de vida praticadas” (p. 137).

O andarilho é o indivíduo que vive a “vida-como-passeio”, tendo “todos os prazeres da vida moderna sem os tormentos a ela inerentes” (Bauman, 2011, p. 127). Passear significa repetir a realidade em uma série de episódios e ensaiar encontros e desencontros sem grandes impactos. O presente é valorizado de forma distante do passado e do futuro. Segundo Bauman, o andarilho vive em um mundo consumista, privado, seguro, trancado, solitário.

O jogador é o indivíduo que vê o mundo como um jogo, o qual se divide em uma sucessão de partidas, com início e fim indolores. Jogadores, parceiros e adversários devem estar cientes de que o jogo é apenas um jogo e, embora seja difícil de aceitar, ele não contempla piedade ou cooperação. “O jogo é como a guerra, mas a guerra que o jogo é não deve deixar cicatriz mental, nem nutrir rancores” (Bauman, 2011, p. 136). Ao se fixar no aqui e agora, não projeta o futuro, não prevê a durabilidade de relacionamentos.

O turista é o indivíduo que se move de propósito, devido a sua inquieta insatisfação e desejo por experiências. Ele busca lugares estranhos que possam lhe trazer prazer e que ao mesmo tempo proporcionem segurança e rotas de fuga bem sinalizadas. Quando a aventura termina, o turista pode voltar para o seu lar, lugar seguro e familiar. As escapadas turísticas consomem cada vez mais a vida, se transformando em um modo de viver, em que fica cada vez menos nítido qual é o lugar de visita e qual é a sua casa.

O errante¹ é o indivíduo que vagueia sem destino definido, que não se contenta com o espaço gerido e supervisionado e por isso busca uma nova ordem. O que tornou o errante tão visado foi

sua imprevisibilidade e apenas aparente liberdade de se mover e escapar das redes de controle locais. Seu percurso é integrado pouco a pouco. Sua estadia em determinado lugar depende da generosidade e paciência dos moradores locais. Assim, o errante busca os lugares que lhe acenam, os menos cruéis, os mais hospitaleiros, capazes de oferecer oportunidades que lhe foram negadas em outros lugares ou em seu próprio lugar.

Estar em condição de deslocamento é a estratégia sensata, a única possibilidade de adiamento do futuro, é o que alivia o sofrimento presente (Bauman, 2011; Bauman & Raud, 2018).

Caminho metodológico

Para atender o objetivo de apresentar e analisar a estratégia de viver a vida de refugiados sírios, tomando-se o empreendimento étnico à luz da noção de trabalho imaterial, este estudo privilegiou a construção de um *corpus* (Bauer & Aarts, 2008) para a realização de uma pesquisa qualitativa exploratória que aborda situações complexas — vulnerabilidade da vida em deslocamento e sua relação com empreendedorismo étnico e trabalho imaterial — ainda prementes de sistematização.

Para Bauer e Aarts (2008), um *corpus* é construído de forma alinhada ao objetivo da pesquisa e é definido por um foco temático, conforme o contexto que será pesquisado, podendo incluir material escrito e não escrito, como imagem e som. Os materiais do corpus desta pesquisa têm como foco temático a etnicidade nos empreendimentos dos sírios, e foram acessados pelas pesquisadoras por meio de notícias de jornal, visitas no local dos empreendimentos, consumo de produtos, entrevistas narrativas e observação direta com registros em diários de campo e em fotografias.

O estudo contou com a participação de seis refugiados sírios com atuação em dois empreendimentos étnicos, de pequeno porte e do ramo alimentício, situados em dois bairros da cidade de Porto Alegre. A pesquisa teve início a partir de uma notícia veiculada em jornal de grande circulação, cuja manchete anunciava a novidade no preparo de comida típica oferecida por refugiados de guerra da Síria — (a) uma confeitaria que comercializa doces e salgados árabes e bolos para festas; e (b) uma lancheria, que também comercializa doces e salgados árabes, mas tem como carro-chefe o shawarma, sanduíche de pão sírio típico do oriente médio.

Como estratégia de aproximação para a coleta de dados na forma de observação direta, inicialmente houve visitas e consumo dos produtos oferecidos nos respectivos empreendimentos, o que oportunizou uma conversa a respeito da possibilidade e consentimento de participação no estudo. À época da pesquisa, dos seis sírios com atuação nos empreendimentos, um faleceu de morte natural (Abdul) e outro se mudou para São Paulo (Samir). Embora eles tenham participado de conversas informais durante a observação, na fase de realização das entrevistas narrativas, foram quatro os entrevistados: um que atuava na confeitaria (Salim) e três na lancheria (Saib, Jamil e Kaleb).

A observação direta foi feita durante diversas visitas na confeitaria e na lancheria entre os meses de maio e dezembro de 2019. O objetivo da observação era encontrar no cenário dos empreendimentos e na vivência dos empreendedores características relativas ao trabalho imaterial e ao empreendimento étnico e que, na sua articulação, se configurassem como estratégia de viver

a vida em deslocamento, indo além da dinâmica do negócio. Durante as visitas, foram produzidos registros que contemplaram fotografias dos locais e um diário de campo, relatando sobre a dinâmica dos empreendimentos, os modos de comunicação, as conversas informais, as relações com clientes e parceiros, a apresentação dos empreendedores e os elementos étnicos visuais e sensoriais presentes nos dois estabelecimentos.

Em linha com Loizos (2008), destaca-se que a fotografia é parte de um complexo maior de ações passadas, podendo documentar especificidades históricas e culturais. Conforme a observação era realizada, elementos étnicos chamaram a atenção das pesquisadoras, que, por serem de cultura e origem diferentes dos empreendedores, conseguiam facilmente constatar sua identidade estrangeira e associá-los às perspectivas teóricas deste estudo. Logo, as fotografias de tais elementos iam sendo tiradas com a autorização dos sírios, momento em que eles comentavam de forma descontraída sobre o significado do objeto ou situação fotografada. Essa variedade do *corpus* ocorreu em uma crescente gradual e cessou quando julgou-se haver material necessário para a magnitude crítica da análise (Bauer & Aarts, 2008), bem como quando já apresentava elementos que propiciavam robustez complementar às narrativas (Jovchelovitch & Bauer, 2008) dos refugiados.

Para a realização das entrevistas narrativas, foram seguidas as orientações de Jovchelovitch e Bauer (2008), que indicam a reconstrução do contexto vivido da maneira mais adequada que julgar o informante, o que dispensa esquemas de pergunta-resposta. Dessa forma, as narrativas referiram-se às experiências pessoais e laborais dos sírios, tendo como guia o enredo do refúgio, o que evidenciou a combinação entre história de vida e contexto sócio-histórico. Segundo Jovchelovitch e Bauer, é o enredo que demarca o início e o fim da história, estabelecendo critérios de seleção de ações, na tentativa de ligar acontecimentos e proporcionar sentido à narrativa, indicação seguida neste estudo.

As entrevistas ocorreram no local de trabalho dos participantes, conforme disponibilidade de agenda. Elas tiveram duração média de sessenta minutos e aconteceram na língua de preferência dos entrevistados: uma em português, uma em inglês e duas com auxílio da tradução português-árabe-português de um dos empreendedores. Salienta-se que durante o transcorrer das entrevistas, por vezes, houve pausas para que os sírios pudessem atender clientes ou demandas de trabalho.

A análise do *corpus* seguiu orientações de Bauer e Aarts (2008) e de Jovchelovitch e Bauer (2008) para transcrição na íntegra e/ou organização dos materiais — conteúdo das entrevistas narrativas e do diário de campo e fotografias — e para o agrupamento dos materiais em eixos de análise, de modo a contar a história dos refugiados e seus empreendimentos com base no referencial teórico. Implicou-se, na análise, a dimensão cronológica, buscando apresentar as narrativas em episódios sequenciais, embora a dimensão não cronológica também estivesse presente quando se fazia indispensável para a construção do enredo. Ambas as dimensões são complementares e, segundo Jovchelovitch e Bauer (2008), trazem sentido analítico às narrativas. Da análise resultaram três eixos:

- a) percursos e percalços no refúgio — de Saib, Samir, Salim, Jamil, Abdul e Kaleb: priorizou-se descrever estratos, funções e categorias já conhecidas (Bauer & Aarts, 2008) como idade, formação, experiências de trabalho e relação familiar no país de destino, bem como o processo de refúgio, as experiências laborais e o surgimento dos empreendimentos no Brasil.

- b) trabalho imaterial no empreendimento étnico: escolheu-se analisar representações ainda desconhecidas (Bauer & Aarts, 2008), evocando as relações vivenciadas no cotidiano dos refugiados que levaram à configuração dos empreendimentos étnicos pelo exercício do trabalho imaterial.
- c) ser empreendedor étnico como estratégia de viver a vida em refúgio: optou-se por relacionar estratos, funções, categorias e representações a fim de compreender a combinação das perspectivas teóricas que desenham esse espaço social (Bauer & Aarts, 2008), refletindo, assim, na estratégia de viver a vida de refugiado.

(Con)figurando o empreendimento, (con)formando a vida: narrativas de refugiados sírios

Percursos e percalços no refúgio

Os irmãos Saib, Samir e Salim — 30, 32 e 34 anos, respectivamente — desde a infância acompanharam o trabalho da padaria-confeitaria da família, lugar da formação de laços familiares e valores relacionados ao trabalho (Sennett, 2012).

Estávamos bem na Síria. Trabalhava meu pai, meu tio, meus primos, meus irmãos e quase sessenta funcionários. Desde pequeno, nossos pais nos ensinaram a ficar sempre do lado deles. Nós estudávamos, mas no fim de semana tínhamos que ir ao trabalho, entrar na fábrica mesmo que tivesse que subir em cima da cadeira para alcançar a mesa. (Saib, 2019)

Em 2011, a família de Saib se antecipou aos desdobramentos da Primavera Árabe nos países vizinhos e migrou para um país-fronteira. “*Meu pai sentiu que a guerra chegava à Síria, conseguiu fechar a loja e todos os funcionários saíram. Fugimos para a Jordânia para salvar o que tínhamos*” (Saib). Nessa primeira decisão de deslocamento para autoproteção, já é possível notar o indivíduo assumindo os custos e os riscos que o Estado não era capaz de arcar (Lazzarato, 2014). Além disso, essa escolha evidencia a aproximação do ser refugiado à metáfora do errante (Bauman, 2011), alguém que se move para escapar de redes de controle, que busca uma nova ordem e oportunidades que lhe são negadas no local de origem. Tal mobilização de si — a qual Gorz (2005) compreende que abrange todos os aspectos da vida — é motivada pela sobrevivência, mas também pelo investimento para não se afastar do meio produtivo.

Saib, com formação em cinema, não trabalhou na área, pois se identificava com o trabalho de confeitiro e sempre se dedicou ao negócio familiar. Entre 2011 e 2014, além da Jordânia, tentou trabalhar na Malásia e na China, mas sem oportunidades satisfatórias, especialmente pelas barreiras legais relacionadas ao visto de trabalho como estrangeiro, o que exige de si trabalho gratuito (Gorz, 2005) na forma de driblar dispositivos de governamentalidade mobilizados para gerir a vida de refugiados (Jardim, 2016). A rede de contatos foi propulsora e prolongadora da rota de refúgio, algo comum no processo organizativo de imigrantes (Yamamoto & Oliveira, 2021). Ele migrou novamente em 2015 a convite de um amigo sírio que trabalhava em um restaurante no Brasil.

Eu fiz muita pesquisa sobre o Brasil antes de viajar. Eu não queria que acontecesse que nem na Malásia e na China. . . . daí eu fui na ONU e perguntaram: o que tu queres fazer no Brasil? Eu não sei o que eu vou fazer. (Saib, 2019)

A habilidade de se relacionar e se arriscar mostram, de antemão, indícios da capacidade empreendedora consubstanciada ao trabalho imaterial (Lazzarato & Negri, 2001). Essa subjetividade ilustra a figura do jogador no início de mais uma partida (Bauman, 2011), no anseio de não se deslocar às cegas, precaveu-se como pôde frente às incertezas inevitáveis.

Conseguir *status* de refugiado e estar no país de acolhimento não significa inexistência de percalços. Ao ocorrer um acidente no local de trabalho indicado pelo amigo no Brasil, Saib fez uso da rede de contatos que vem estabelecendo no país. *“Eu trabalhei lá quase dois meses, houve explosão de gás . . . mandaram todo mundo embora. Daí eu fiquei sozinho. Meu amigo foi para São Paulo e eu vim para Porto Alegre, com a ajuda de amigos brasileiros”* (Saib, 2019). Em Porto Alegre, batia de porta em porta nos estabelecimentos do ramo alimentício, contava sua história e pedia trabalho. *“Arrumei emprego numa confeitaria, trabalhei pouquinho num restaurante árabe, só fim de semana. Depois fiz um currículo, mandei pra todo mundo. Trabalhei em hotel, por dia, até conseguir emprego em setembro de 2016. Todo esse tempo, sem carteira assinada”* (Saib, 2019). Saib figurava como errante, dispendo-se a esquadrinhar a cidade e se expor a desconhecidos à procura de um sinal a seguir (Bauman, 2011), empenhando suas habilidades comunicativas, informativas e culturais (Camargo, 2011; Grisci, 2011) para vendabilidade de si.

Saib chegou ao Brasil em uma época em que a crise econômica iniciava e as ofertas de trabalho diminuíram, por isso mobilizou como pôde a capacidade de “gestão da sua força de trabalho” (Gorz, 2005, p. 24). *“Quando fui demitido foi um momento difícil, não tinha dinheiro guardado, porque eu estava comprando batedeira, forno, espátulas, colheres para mim, entende?”* (Saib, 2019). Administrando ganhos nas oportunidades esporádicas, que dependiam de sua mobilização (Gaulejac, 2007; Gorz, 2005; Grisci, 2011; Lazzarato, 2014). Saib projetava um futuro baseado na sua autodeterminação e investimento a conta-gotas. Nessa época, Samir juntou-se a ele.

Samir, também confeitoiro, ainda na Jordânia, não conseguia se inserir no mercado de trabalho e pediu ajuda ao irmão Saib. A regra de reunificação familiar facilitou a aquisição do *status* de refugiado no consulado brasileiro. Na chegada ao Brasil em 2016, Samir conseguiu trabalho na mesma doceria que o irmão. Autônomos, ambos produziam os doces que a doceria vendia. *“Caiu um pouquinho o movimento do trabalho, estava pegando a crise e daí ficamos mal, eu e o meu irmão, um dia trabalhávamos, três dias não”* (Saib, 2019). Vê-se que as incertezas do jogo se mantêm (Bauman, 2011), mas laços familiares são tomados como pontos de apoio (Sennett, 2012) ao refúgio e como rede de cooperação ao trabalho imaterial (Lazzarato & Negri, 2001). Nesse entremeio, chegou o irmão Salim.

Salim estudou engenharia, mas também sempre se viu como confeitoiro. Por impedimentos relativos ao trabalho, migrou da Jordânia para a Arábia Saudita, onde trabalhou como *executive chef* responsável por mais de cem funcionários. Com sua carteira de trabalho vencida e não podendo mais voltar à Jordânia, pediu ajuda aos irmãos. Chegou ao Brasil em 2017, depois de sete anos sem ver alguém da família.

Meus irmãos enfrentaram algumas dificuldades aqui no Brasil. Mas nós estávamos com esperança de começar uma nova vida para nossa família, um futuro com liberdade. Não é tudo sobre dinheiro, é sobre sua liberdade! É sobre poder entrar em outros países quando você quiser, estabelecer algo para você. Por isso o Brasil. Era o país com a mente mais aberta para refugiados. (Salim, 2019)

Refletir sobre o trabalho além do valor monetário permite antever a ação empreendedora consubstanciada ao trabalho imaterial relacionada à existência social (Gaulejac, 2007) e ao desenvolvimento social do indivíduo (Lazzarato & Negri, 2001), alicerce essencial para despontar empreendimentos étnicos (Dabić et al., 2020).

Em 2018, eles fundaram uma confeitaria na cidade de Porto Alegre, um empreendimento de reencontro dos irmãos refugiados. A confeitaria é, para os irmãos, referência de trabalho como reunião familiar em torno de um mesmo negócio; e de tempo passado-presente-futuro. Ela concentra a história vivida e o porvir. À época da coleta de dados, Salim acumulava funções de *chef* confeitoiro e administrador geral da confeitaria; Samir foi para São Paulo em busca de melhores oportunidades, pois não havia demanda de trabalho para todos; Saib entrelaçou sua história com as histórias de outros refugiados apresentados na sequência.

Jamil, 30 anos, morava com a família e estudava administração na Síria. Em 2011, ano em que seu irmão foi uma das vítimas da guerra, Jamil partiu para a Jordânia, onde permaneceu por três anos e trabalhou como vendedor de lojas. Insatisfeito com impedimentos legais relativos ao trabalho, em 2016 partiu para a Rússia com amigos na expectativa de abrir seu próprio negócio. Lá roubaram sua documentação e dinheiro. Impossibilitado de retornar à Jordânia por impeditivo legal, viu no Brasil uma possibilidade de refúgio. Retrospectivamente, avalia seu percurso.

Foi tanta coisa que eu não lembro nem do dia que eu fechei a porta de casa e saí. Eu cheguei aqui sem nada e o Brasil me aceitou. A guerra na Síria me impediu de ir a muitos lugares, queria trazer meus amigos, minha segurança, mas não pude. Eu não conseguia falar com ninguém, ninguém falava nem inglês, eu me senti sozinho. (Jamil, 2019)

Entre outros, seu relato delineia o percurso do errante “não pela dificuldade de se estabelecer, mas pela escassez de locais assentáveis” (Bauman, 2011, p. 131). Inicialmente, Jamil se estabeleceu trabalhando em uma grande indústria em outro estado da região sul. Sua relação com os três irmãos surgiu da descoberta que seus pais fizeram da existência de filhos de amigos refugiados em Porto Alegre. Em busca de um ponto de apoio durante o refúgio, Jamil se viu temporariamente trabalhando na confeitaria até o dia em que os laços de trabalho se expandiram, alcançando Abdul.

Abdul, 49 anos, foi dono de um grande restaurante na Síria, que vendia shawarma, esfirra e churrasco árabe. Assim como Jamil, teve sua família vítima de bombardeios consecutivos durante a guerra, perdendo a mãe, um irmão e seu sócio. Detalhes de sua vinda ao Brasil escapam da história relatada pelos demais refugiados. Abdul chegou ao país em 2015 e trabalhou em diferentes restaurantes. Na mesquita frequentada, conheceu Jamil, a quem convidou para abrir uma lancheria árabe — é comum locais religiosos serem pontos de socialização e oportunidade para

empreendedorismo étnico (Cruz & Falcão, 2016; Diniz et al., 2019; Idriss, 2021). Ambos chamaram Saib para atender clientes em razão da facilidade de comunicação em língua portuguesa. Em 2019, alguns meses após a inauguração da lancheria e do acolhimento do refugiado Kaleb, Abdul faleceu de morte natural.

Kaleb, 21 anos, era adolescente quando, em 2013, saiu da Síria com os pais, irmãos e cunhadas. A perda de um amigo em bombardeio e o provável recrutamento de seus irmãos para a guerra foi o estopim para fugirem para um campo de refugiados na Jordânia. De lá, com muito esforço, conseguiram ir para a capital, onde permaneceram por sete anos. Ele não conseguiu voltar a estudar, vendia frutas e verduras na rua para ajudar sua família. Inconformado com a situação, Kaleb bateu à porta de consulados de diversos países. Em um movimento que delinea o errante, encontrou no Brasil um caminho a seguir na encruzilhada (Bauman, 2011). *“Queria ir atrás do meu sonho, não importava onde. Quero voltar a estudar, falar português e trabalhar para conseguir trazer minha família”* (Kaleb, 2019). Onde se esperaria fragilidade existencial frente à precariedade da condição vivida, vê-se força e mobilização para seguir adiante. No Facebook, Kaleb buscou em grupo de refugiados sírios no Brasil algum ponto de apoio para o refúgio e, em 2019, Abdul lhe ofereceu residência e trabalho na lancheria — estratégia que se mostra como novidade para aproximação de coétnicos e na configuração do empreendedorismo étnico da contemporaneidade.

Após o falecimento de Abdul, Saib se tornou sócio da lancheria, onde já dedicava tempo integral. Embora compartilhe tarefas com Jamil e Kaleb, o atendimento ao público é a sua prioridade.

Nota-se que os percursos dos sírios não necessariamente se repetem, mas se aproximam em tempos, distâncias percorridas, perdas, impedimentos, sofrimento e buscas de condições para trabalhar e viver. Sobressai a figura do errante com pontos de apoio, laços familiares e de trabalho, que se revelam apaziguadores da vivência de refúgio, podendo sustentar a formação de empreendimentos étnicos e suas conexões — conforme mostra a Figura 1 —, cedendo mais espaço, assim, à figura do jogador.

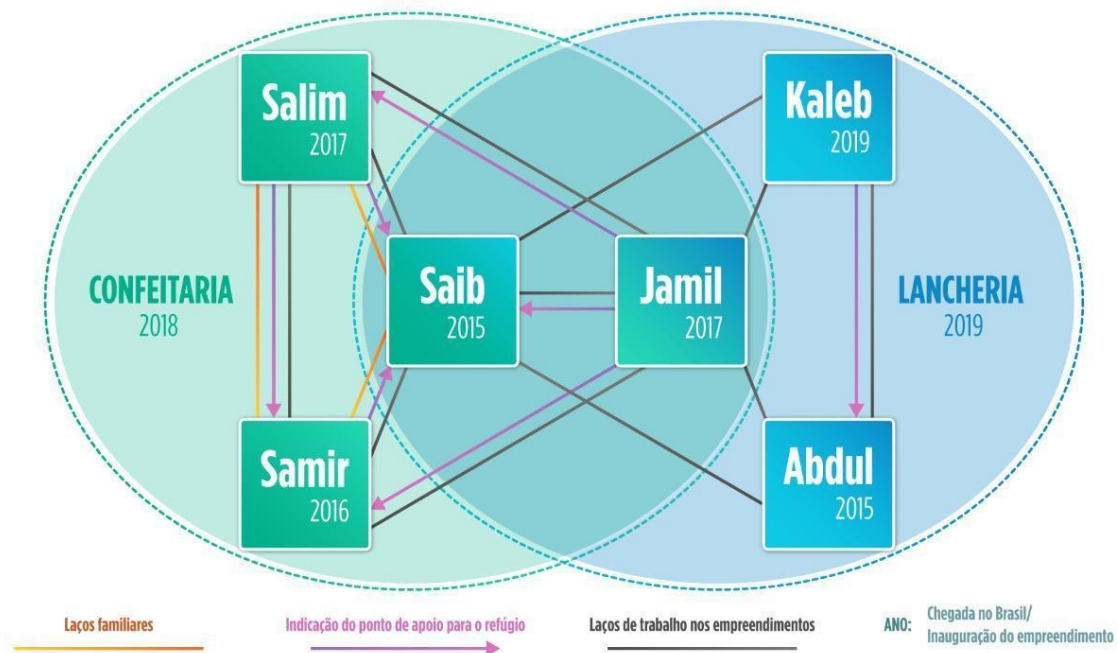


Figura 1. Laços e fluxos no refúgio: a formação dos empreendimentos étnicos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os percursos e percalços dos refugiados se entrelaçam nos dois empreendimentos étnicos, que, pelo trabalho imaterial, refletem a vida de cada um dos refugiados.

Trabalho imaterial no empreendimento étnico

Durante o percurso dos três irmãos, eles relatam as dificuldades encontradas, especialmente durante a fase preparativa para a abertura da confeitaria. Esses obstáculos estão alinhados com as características que regem a sociedade e o trabalho imaterial, como o tempo exíguo, curto prazo e laços frágeis de confiança e compromisso (Sennett, 2012), e que se acentuam em relações entre “estranhos”, ou até mesmo sendo indesejáveis, como o errante (Bauman, 2011). “*Como somos novos aqui, é quase impossível encontrar alguém que confie em você, que dê garantias. É difícil para brasileiros, não é? Imagina para nós*” (Salim, 2019).

Começamos a procurar uma loja para alugar, mas tínhamos pouco dinheiro. Foi muito, muito difícil. Mais de seis meses procurando fiador. E nós gastando. Depois eu conheci um cara, ele é dentista e a mulher advogada. Nós conversávamos normal e ele falou: eu vou ser teu fiador, eu vou te ajudar, do nada. (Saib, 2019)

Ainda que em um jogo de negócios não exista espaço para comisseração, se deslocar como errante remete a uma constante exposição até obter empatia dos nativos (Bauman, 2011). É nesse andar errante que se formam as redes sociais e de apoio, aquelas que, assim como mostrou o estudo

de Diniz et al. (2019), podem dispor de recursos financeiros para impulsionar o empreendedorismo de imigrantes.

A confeitaria *“inaugurou seis meses depois que eu cheguei. Nós enfrentamos várias dificuldades para abri-la. Muitas coisas que eu nunca imaginei que seria capaz de fazer. Construimos essa parede, tudo que você está vendo aqui em volta, nós que construimos”* (Salim, 2019). *“Eu e meus irmãos fomos pedreiros, pintores, eletricitas . . ., as madeiras nós mesmo cortamos”* (Saib, 2019). A partir das falas de Salim e Saib, nota-se o indivíduo multitarefa em tempo integral (Gorz, 2005; Mansano, 2009; Sennett, 2012) solicitado em sua capacidade máxima, “capaz de fazer frutificar a diversidade de seus talentos” (Gaulejac, 2007, p. 191), tomando para si os riscos e os custos da mobilização em prol do trabalho (Lazzarato, 2014).

As esfirras, os doces sírios, o falafel e o shawarma produzidos e oferecidos nos estabelecimentos se diferenciam no mercado gastronômico por serem produzidos por um recém-chegado da Síria, alguém com traços do errante, aquele que “ainda cheira a outros lugares” (Bauman, 2011, p. 30). Assim como no estudo de Scherer et al. (2021), não é preciso o refugiado ser um chefe de cozinha, basta saber cozinhar, mobilizando seu *savoir-faire* de origem e seu *background* étnico. Nota-se que é o trabalho imaterial demandante da cultura, da interioridade, dos afetos (que a princípio ficavam de fora do ciclo econômico produtivo) que rentabiliza os produtos (Mansano, 2009; Pelbart, 2003). Os refugiados são unânimes ao dizer que seus produtos não teriam o mesmo valor se fossem produzidos por brasileiros — o que remete à subjetividade originária de seu país de origem empenhada em seu trabalho (Lazzarato & Negri, 2001) — e ainda se diferenciam daqueles produzidos por árabes imigrantes já conhecidos dos brasileiros. *“Os clientes nos contam que tem outros restaurantes árabes em Porto Alegre, mas que preferem o nosso”*, comenta Saib (Diário de campo, 15/08/2019).

Nesse contexto, o imigrante de outrora já faz parte do cenário urbano, e o que emerge como novidade é a ideia de ser refugiado. De modo complementar, outro dispositivo de captura dos consumidores também se dá por causa da recente atenção midiática acerca da situação de guerra na Síria. Tal exposição, segundo Salim, fomenta a busca por produtos sírios e, conseqüentemente, por suas histórias de vida. Entra em cena o jogador-empendedor, que precisa reconhecer o que busca o jogo do mercado (Bauman, 2011). *“As pessoas são curiosas para nos conhecer, a nossa história, o que fazemos aqui, se estamos confortáveis. Nos sentimos muito bem acolhidos. Eu nunca senti nenhum tipo de racismo aqui, eu só sinto as boas-vindas das pessoas”* (Salim, 2019). Essa situação leva o empreendedorismo étnico a um patamar de empreendedorismo mobilizado pela subjetividade do refugiado. No trabalho imaterial, é a “própria vida subjetiva que se encontra em evidência, sendo tomada como uma espécie de matéria-prima” para o *marketing* (Mansano, 2009, p. 519).

Além dos convidativos doces expostos no balcão externo, ao entrar na confeitaria, é possível notar escritos em português, árabe e inglês na vitrine, no cardápio e na decoração. Se alguém tiver dúvida sobre qual é o idioma da caligrafia que se diferencia entre as demais, lá está um dicionário árabe-português na estante. Mais escondido, há um livro de gramática de língua portuguesa.

Na lancheria, a chegada é marcada pelo som da música típica árabe e pela fachada com fotografias de produtos árabes. Em um olhar mais atento, percebe-se que está escrito **kibe frtio**, com um erro de digitação na segunda palavra, de fácil constatação para um nativo, mas não para

um estrangeiro. É possível ver o espeto vertical de carne e frango sendo preparado pelos funcionários uniformizados, um deles com *Brazil*, grafado em inglês, bordado na manga de seu dólma. Nas comandas, os pedidos são anotados em árabe (Diário de campo, 24/05/2019). A Figura 2 apresenta registros fotográficos de alguns desses elementos que remetem ao trabalho imaterial pela manutenção do idioma de origem nas diferentes atividades do restaurante, ao reforço da etnicidade do empreendimento por meio de elementos sensoriais e visuais, à composição da cultura de origem com a cultura do país de destino e ao empenho em aprender português para rentabilizar o trabalho.



Figura 2. Elementos étnicos nos empreendimentos dos refugiados sírios

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sobre o processo de adaptação dos produtos da confeitaria para o mercado do país de destino, houve, previamente, dedicação de tempo para pesquisa e estudo local. Os doces sírios, em geral, são produzidos com massa folhada, nozes, pistache e outras especiarias, não são tão doces quanto à preferência de paladar dos brasileiros. Por isso, no momento de servi-los, a confeitaria disponibiliza uma porção de calda de açúcar embalada separadamente. Com relação ao sabor, os sírios relatam que é preciso manter a originalidade e (re)conhecer a disponibilidade de insumos no país de acolhimento (Aldrich & Waldinger, 1990). “*Usamos dezenove temperos na carne e catorze no frango. Alguns temperos não têm aqui no Brasil, nós pedimos de fora, da Jordânia*” (Jamil, 2019).

Entender o paladar local é um jogo que se aprende conforme se joga (Bauman, 2011), exige paciência e atenção ao que o cliente tem a dizer, nem sempre é fácil, em um país com costumes tão diferentes. Sobre essa situação, Salim desabafa:

Nós estamos trabalhando para entender. Como eu notei, as pessoas aqui gostam de doce, açúcar, condimentos fortes, nós tentamos balancear nossas ideias com a cultura brasileira. Eu recebo dicas dos clientes, mas é muito difícil entender verdadeiramente, porque tem gente que gosta dos nossos produtos e tem gente que não gosta. Então ainda não sabemos para que lado vai, entende?. (Salim, 2019)

Essa busca pela compreensão da cultura local própria do empreendedor étnico (Aldrich & Waldinger, 1990; Zhou, 2004) impulsiona os refugiados a novos processos de produção de subjetividade, especialmente à mobilização central do saber do indivíduo em prol do trabalho, características do trabalho imaterial (Camargo, 2011; Grisci, 2011; Lazzarato, 2014; Lazzarato & Negri, 2001).

Em geral, os entrevistados se mostraram adaptáveis, disponíveis e proativos em relação ao trabalho que desempenham. Entretanto, não renunciam aos segredos que constituem sua gastronomia de origem, característica também identificada no estudo de Prestes e Grisci (2021) sobre chefes de cozinha imigrantes no Brasil.

Temos uma coisa que é o “segredo do chefe”. Nós podemos ter funcionários, mas temos um baldinho, uma coisa dentro desse balde, que é o resto da receita não mostrada na ficha técnica. O funcionário não sabe o que tem dentro, se ele for copiar a ficha técnica para fazer noutro lugar, não vai conseguir fazer a receita. (Saib, 2019)

O rigor de manter a essência étnica no produto também se visualiza na seleção de carnes de gado e frango utilizadas nos shawarmas. Saib conta que foi pessoalmente conhecer os fornecedores para garantir a manutenção de padrões conforme sua origem. *“Eles têm que obedecer os procedimentos do halal, que, conforme a religião muçulmana, significa que a carne permitida para consumo deve seguir padrões de alimentação, criação e abate dos animais”* (Diário de campo, 21/11/2019).

Um dos primeiros elementos que refugiados necessitam para viver no país de acolhimento é o domínio do idioma local (Dabić et al., 2020). Em linha com Gorz (2005), Lazzarato (2014) e Lazzarato e Negri (2001), investir em si para ter o domínio do idioma agrega valor ao trabalho dos refugiados. Essa habilidade fez com que Saib fosse chamado para trabalhar na lancheria com Jamil e Abdul. Kaleb ilustra essa lógica quando revela seu sonho: *“aprender português para poder voltar a estudar e concluir o colégio. Só assim terei melhores oportunidades de trabalho e ajudar minha família que continua na Jordânia”* (Diário de campo, 06/06/2019). Jamil e Salim se comunicam por meio de um “português de negócios”, atendem os clientes, sabem os nomes dos produtos e ingredientes, a forma de pagamento e demais vocabulários que circundam o cotidiano dos empreendimentos. Entretanto, quando a conversa se aprofunda, eles voltam a se comunicar na língua materna.

Kaleb e Jamil manifestaram o interesse em buscar um curso de português em uma organização da sociedade civil que atende refugiados de forma gratuita, fora de seus horários de trabalho, ação comum para muitos trabalhadores imigrantes (Scherer et al., 2021). Salim comenta que não tem grande disponibilidade de tempo para estudar português, uma vez que a administração da confeitaria demanda seu empenho durante todo o dia — nesse sentido, nota-se que o espaço-tempo de vida coexiste com o do trabalho. Há um investimento, nesse caso, no conhecimento do idioma e da cultura do local de destino, que toma a vida dos refugiados em prol de melhorias direcionadas para o trabalho (Gaulejac, 2007; Lazzarato & Negri, 2001; Mansano, 2009; Pelbart, 2003; Sennett, 2012). Como estratégia de aproximação ao idioma, Salim comprou uma gramática, estuda sozinho e pratica português com seus clientes. Com um deles, ocorre uma relação de troca, um jogo de ganha-ganha. O cliente ensina português e Salim o ensina a língua árabe. Emocionado, ele lembra o dia em que esse cliente-professor-aluno lhe fez uma surpresa: *“este dicionário [bilíngue árabe-português] é muito famoso [risos] foi um presente de um cliente. Isso é muito comovente, tocou meu coração. Eu quase nem conhecia ele e ele me deu um presente. Todo mundo que vem aqui tira uma foto do dicionário”*.

A maior parte do público consumidor de produtos dos dois empreendimentos é brasileira, atraída por sabores diferentes e pelo preço baixo, o que se constitui como uma das frentes estratégicas do negócio (Zhou, 2004). Além disso, são preservados relacionamentos com grupos de mesma etnia, iniciativa que também proporciona inovação (Rahman et al., 2021) e reconhecimento social para os empreendimentos étnicos (Idriss, 2021). Em uma das observações das pesquisadoras, realizada na lancheria, presenciou-se a visita de um grupo de adolescentes descendentes de imigrantes de diferentes países árabes. Na chegada, exclamaram: *“Oi, primos!”*, manifestação comum entre os compatriotas, e seguiram a conversa em árabe (Diário de campo, 12/09/2019).

Cabe destacar que, além dos nativos e dos coétnicos, os empreendimentos também recebem pessoas de religiões historicamente em conflito com a religião dos refugiados. Sobre esse aspecto, Saib aponta o ecumenismo em prol de um “viver em paz” e do prosperar do empreendimento em território brasileiro:

Nossa religião é muçulmana. Uma vez uma mulher judia parou na porta: “oi, eu posso entrar? Gosto muito do produto de vocês, mas eu sou judia”. Eu falei: “antes de tu entrares, eu vou te dar um abraço e agora tu podes entrar com certeza, fica à vontade. Nós não temos problema com nenhuma religião, nenhum país. Aqui todo mundo é irmão, judeus, muçulmanos, cristãos. Não se preocupe, nós gostamos e respeitamos todo mundo. Se alguém tem história de guerra, briga, não é conosco”. Ela ficou muito feliz e agora é nossa cliente. Quase 80% daqui desse bairro, dos nossos clientes, são judeus. (Saib, 2019)

À medida que a situação de refúgio exigiu romper laços com grande parte dos familiares, também possibilitou a produção de outros laços com compatriotas e nativos. Os refugiados relataram ter estabelecido laços de amizade com os seus clientes, tendo mobilizado características pessoais em prol de uma aproximação com eles. Produziram, assim, relações de afeto que acompanham a relação capitalista de produção/consumo que compõe o trabalho imaterial (Cocco, 1995; Grisci, 2011; Lazzarato, 2014; 2017; Lazzarato & Negri, 2001).

A produção/consumo que acompanha ideias e histórias de refugiados sírios requer a utilização de seus saberes originários (Lazzarato & Negri, 2001), suas características culturais e sociais, além de suas experiências laborais para operarem a favor do empreendimento (Light, 1998). Implica dizer, portanto, que o trabalho imaterial empenhado por eles se configura no empreendimento étnico desde a concepção até os modos de trabalhar cotidianos da lancheria e da confeitaria. Assim, para os refugiados deste estudo, o trabalho imaterial é um elemento que (con)figura o empreendimento étnico e (con)forma a vida, como se verá a seguir.

Ser empreendedor étnico como estratégia de viver a vida em refúgio

Articularam-se os eixos anteriores a fim de prover reflexões sobre a estratégia de viver a vida dos refugiados sírios. Seja pelo pressentimento da guerra ou pela ânsia de viver, os percursos e percalços dos sírios se apresentam como um constante andejar, aberto, flexível e ávido (Bauman & Raud, 2018). A imposição do distanciamento de seus lugares de origem acarreta passagens por lugares que menosprezam a ideia de sua fixação e desencorajam a ideia de estabelecer-se (Bauman, 2011). O percurso de refúgio desenrolou-se conforme as oportunidades de vida e trabalho acenadas aos refugiados-errantes nos vários países por onde passaram, cenário também apontado nos estudos de imigração no Brasil como o de Diniz et al. (2019), Faria et al. (2021) e Yamamoto e Oliveira (2021). O Brasil surgiu como uma aposta em jogo (Bauman, 2011) que minimamente lhes ofertou a base de sustentação para o recomeço de suas vidas. Assim como para muitos refugiados-jogadores, (re)criar o seu próprio trabalho e território, por meio do empreendedorismo étnico, se mostrou como única alternativa viável (Cruz & Falcão, 2016) e desejável, pois é o que pode contribuir para que os refugiados escapem da exclusão cultural, política e econômica, além de proporcionar reconhecimento social, características comuns da imigração brasileira, conforme Faria et al. (2021).

Embora os percursos sejam individuais, a vivência coletiva entre compatriotas refugiados nos empreendimentos étnicos foi fator determinante para a construção de laços e para a constituição de uma rede de vínculos afetivos em contexto de refúgio, sendo essa a base para o exercício do trabalho imaterial. Em situação de recomeço, os três compatriotas que atuam na lancheria moram juntos e próximos ao seu empreendimento. O trabalho, para eles, proporciona a expectativa de juntar familiares em um futuro próximo. *“Eu trabalho para um dia ajudar minha família”* (Kaleb, 2019). *“Eu não sei como vou ver minha família até agora, entende?”* (Saib, 2019). As falas revelam um sentimento de percurso sem retorno. Apreende-se, assim, que o trabalho compartilhado com familiares e compatriotas possibilita a manutenção de hábitos de origem e, conseqüentemente, a sensação de segurança em outro país, conforme evidenciam as falas a seguir: *“Cozinhamos aqui comida árabe para comermos”* (Saib, 2019). *“Aqui o Jamil tem a gente e nós o temos, ele nos ajuda e nós o ajudamos”* (Saib, 2019).

Ser empreendedor étnico em situação de refúgio demandou dos refugiados assumir vários papéis manuais e intelectuais (Gorz, 2005; Lazzarato & Negri, 2001) — cozinheiros, administradores e até construtores do próprio local de trabalho. Conforme conta Salim, essa vida em outro país possibilitou-lhes vislumbrar novos sonhos. *“Nosso sonho é grande e vamos alcançá-lo. Criar algo maior do que eu imaginava e eu acredito que posso fazer isso. Porque no nosso país não tínhamos futuro”* (Salim, 2019). Como característica distintiva de um empreendedor, percebe-se que eles imaginaram um empreendimento e trabalharam em prol do futuro por intermédio de seus negócios. *“Aqui é o nosso começo. Estamos caminhando a passos de bebê, mas espero que no futuro*

consigamos algo maior. Eu costumava trabalhar em grandes empresas, produção em massa, muitos funcionários. Este é meu sonho” (Salim, 2019).

Juntamente com Sennett (2012), depreende-se que o aumento do número de refugiados no contexto do país de destino expande a rede e, conseqüentemente, a possibilidade de acolhimentos. Na rede vislumbrada, o ponto de apoio para o refúgio foi Saib, visto por Salim como “*o verdadeiro aventureiro, quem veio primeiro. Eu nunca teria feito isso se não tivesse Saib e meu outro irmão aqui. Ele veio sem conhecer ninguém, sem saber falar a língua, sem conhecer nada, mas conseguiu se virar. Foi assim que começou a confeitaria no Brasil*” (Salim, 2019). Remodela-se, assim, a vida, o trabalho, a própria questão do refúgio.

Nesse sentido, compreende-se que a estratégia de viver a vida em deslocamento para os sírios está vinculada ao seu percurso de refúgio, aos laços criados ou fortificados e às experiências vividas na terra natal. Os idealizadores dos dois empreendimentos — os três irmãos e o Abdul — tinham vasta experiência como proprietários de negócios do mesmo ramo e aplicaram esse conhecimento na situação de refúgio. Jamil e Kaleb contaram com o *know-how* de seus compatriotas. Nenhum deles teve apoio de organizações sociais que ajudam refugiados, diferentemente do estudo de Scherer et al. (2021) em que as organizações da sociedade civil desempenharam papel impulsionador de empreendimentos. Assim, a estratégia remete à autonomia possível, aos recursos próprios e ao empreender — características demandadas pelo capitalismo ao trabalhador.

A partir dessas evidências, percebe-se que características como adaptabilidade e inventividade em contexto de refúgio são corriqueiras e necessárias (Bauman & Raud, 2018). Entretanto, salienta-se que a estratégia de viver a vida também é moldada conforme a condição socioeconômica do indivíduo *a priori*. Nesse sentido, nem todo refugiado poderia empreender, sendo a classe social do país de origem um dos marcadores relevantes para tal iniciativa, uma vez que ela demanda exigências burocráticas e econômicas (Anwar & Daniel, 2017; Jardim, 2016).

Na especificidade do trabalho imaterial no empreendimento étnico, depreendeu-se que os refugiados sírios investem muito de si e da sua cultura de origem em prol da vendabilidade dos seus produtos. Se o que eles trazem como bagagem cultural é considerado como vendável, também o é aquilo que eles são e a situação em que se encontram — o fato de serem sírios e estarem refugiados os destaca na sociedade, gerando mídia gratuita para os seus empreendimentos e despertando a curiosidade da população local. O produto alimentício étnico, ao atender tanto consumidores coétnicos quanto nativos (Idriss, 2021; Rahman et al., 2021; Zhou, 2004), reafirma o ramo alimentício como um tipo de negócio que convida à diversidade cultural pela interação de pessoas de diversas origens (Diniz et al., 2019; Wessendorf & Farrer, 2021), o que pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos em relação aos refugiados. Sua estratégia de viver a vida condiz e mescla nuances do errante e do jogador e sem projetar a vida a longo prazo, demanda aproveitar ao máximo as oportunidades e o contexto do “aqui e agora”. Exposição constante a estranhos e adoção de um trabalho do tipo faça-você-mesmo (Bauman, 2017) dizem respeito ao modo de ser dos participantes. Essas metáforas auxiliam a ilustrar a produção de subjetividade se delineando em direção ao empreendedor étnico como uma estratégia de viver a vida de refugiado operacionalizada pelo trabalho imaterial. Logo, das ações do empreendedor de si presentes no trabalho imaterial se visibiliza, portanto, o empreendedor étnico como uma estratégia de viver a vida de refugiado.

Considerações finais

Objetivou-se, neste artigo, apresentar e analisar a estratégia de viver a vida de refugiados sírios, tomando o empreendimento étnico à luz da noção de trabalho imaterial. O estudo qualitativo e exploratório empreendido a partir de um *corpus* de pesquisa resultou três eixos: (a) percursos e percalços no refúgio; (b) trabalho imaterial como empreendimento étnico; e (c) ser empreendedor étnico como estratégia de viver a vida em refúgio.

Considera-se que vários elementos são acionados para a composição dessa estratégia: o contexto social, a formação, as experiências e a condição financeira pregressa, os laços familiares/amizade, o ponto de apoio para o refúgio, a religião, o idioma, os alimentos da sua terra. Dos quatro estilos de vida em deslocamento apontados por Bauman (2011), constatou-se que os refugiados sírios se harmonizam com nuances do errante — ao serem tratados como estrangeiros, que vêm de outros lugares e buscam uma nova ordem; e com o jogador — ao jogarem o jogo do “aqui e agora”, investindo aquilo que podem mobilizar de si, o que de antemão anuncia o empreendedor étnico/trabalhador imaterial. Ainda que a vida os tenha empurrado para o refúgio, em sua bagagem conservam características socioeconômico-culturais do país de origem que, na lógica do capitalismo globalizado, serão rentabilizadas como trabalho imaterial.

Conclui-se que os modelos metafóricos de estilo de vida (Bauman, 2011) contribuem para ilustrar a produção de subjetividade delineando a estratégia de viver a vida em refúgio, na qual o empreendedor étnico ganha contorno pelo exercício do trabalho imaterial. Isso proporciona uma nova perspectiva analítica aos empreendimentos étnicos, ao mostrar que o empreendedor étnico, em correspondência ao empreendedor de si no trabalho imaterial, opera no sentido da produção/composição/afirmação de uma estratégia de viver a vida em refúgio. Assim, ao (con)figurar o empreendimento, o refugiado (con)forma a própria vida no refúgio.

Julga-se que, ao visibilizar a correspondência entre empreendedor étnico e trabalho imaterial, este estudo corrobora e avança em relação à literatura pertinente ao empreendedorismo étnico e ao trabalho imaterial; e que ao visibilizar circunstâncias de mobilidade e trabalho compostas pela subjetividade dos refugiados, avança em relação à literatura pertinente a refúgio.

Importa ressaltar, ainda, que a estratégia de viver a vida em deslocamento é delineada a partir de oportunidades ou obstáculos que dependem do contexto e da realidade a ser analisada, que pode se diferenciar inclusive internamente nos países. Sabe-se que o contexto brasileiro apresenta ampla desigualdade inter e intrarregional e, portanto, a depender do estado, cidade ou região, podem ser encontradas diferentes barreiras e graus de inclusão e de reconhecimento social.

Como limitação do estudo, aponta-se a impossibilidade de realização de entrevista com dois dos refugiados devido a circunstâncias inesperadas. Contudo, salienta-se que a composição do *corpus* metodológico, que abrangeu a combinação de visitas aos empreendimentos, narrativas, observações, diários e fotografias, se mostrou frutífera para estudos com imigrantes e refugiados, além de auxiliar a solucionar entraves relativos ao idioma — característica de pesquisas com estrangeiros. Para futuros estudos, sugere-se a análise dos desdobramentos decorrentes do período de pandemia para os refugiados e seus empreendimentos, bem como o estudo do empreendimento étnico como estratégia para outras minorias em situação de vulnerabilidade.

Referências

- Aldrich, H. E., & Waldinger, R. (1990). Ethnicity and entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, 16(1), 111-135. doi:10.1146/annurev.so.16.080190.000551
- Anwar, M. N., & Daniel, E. M. (2017). Ethnic entrepreneurs and online home-based businesses: an exploratory study. *Journal of Global Entrepreneurship Research*, 7(6), 1-21. doi:10.1186/s40497-017-0065-3
- Bauer, M., & Aarts, B. (2008). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7a ed.) (pp. 39-63). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bauman, Z. (2011). *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z., & Raud, R. (2018). *A individualidade numa época de incertezas*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Brasil. (2018). *Refúgio em números – 3ª edição*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Camargo, S. (2011). Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. *Pensamento Plural*, 9, 37-56. doi:10.15210/pp.v0i9.3625
- Cocco, G. (1995). *A produção e a cidade no pós-fordismo: as noções de trabalho imaterial e de “bacia” de trabalho imaterial*. Trabalho apresentado no 6º Encontro Nacional da ANPUR, Brasília, DF.
- Cruz, E. P., & Falcão, R. P. Q. (2016). Revisão bibliométrica no tema empreendedorismo imigrante e étnico. *Internext*, 11(3), 78-94. doi:10.18568/1980-4865.11378-94
- Dabić, M., Vlačić, B., Paul, J., Dana, L.-P., Sahasranamam, S., & Glinka, B. (2020). Immigrant entrepreneurship: A review and research agenda. *Journal of Business Research*, 113, 25-38. doi:10.1016/j.jbusres.2020.03.013
- Diniz, G. C. S., Guimarães, L. O., & Fernandes, D. M. (2019). Empreendedorismo imigrante e étnico: o papel das redes sociais no processo empreendedor de um imigrante sírio no Brasil. *Internext*, 14(2), 161-174. doi:10.18568/internext.v14i2.467
- Faria, J. H., Ragnini, E. C. S., & Brüning, C. (2021). Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. *Cadernos Ebape.BR*, 19(2), 278-291. doi:10.1590/1679-395120200018
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo, SP: Ideias e Letras.
- Gorz, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, SP: Annablume.
- Grillo, A. P. (2016). Cultura e trabalho imaterial: música independente e produção cultural no novo mundo do trabalho. *PragMATIZES — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, 10(6), 53-65. doi:10.22409/pragmatizes.v0i10.10424

- Grisci, C. L. I. (2011). Trabalho Imaterial. In A. D. Cattani & L. Holzmann. *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 456-458). Porto Alegre, RS: Zouk.
- Hypolito, Á. M., & Grishcke, P. E. (2013). Trabalho imaterial e trabalho docente. *Educação*, 38(3), 507-522. doi:10.5902/198464448998
- Idriss, S. (2021). The ethnicised hustle: Narratives of enterprise and postfeminism among young migrant women. *European Journal of Cultural Studies*, 25(3), 807-823. doi:10.1177/1367549421988948
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Perfil dos municípios brasileiros: 2018*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
- Jardim, D. F. (2016). Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. *Horizontes Antropológicos*, 22(46), 243-271. doi:10.1590/S0104-71832016000200009
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2008). Entrevista narrativa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7a ed.) (pp. 90-113). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo, SP: Edições Sesc.
- Lazzarato, M. (2017). *O governo do homem endividado*. São Paulo, SP: N-1 edições.
- Lazzarato, M., & Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e subjetividade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Light, I. H. (1998). Immigrant Entrepreneurs in America: Koreans in Los Angeles. In D. Jacobson (Ed.), *The immigration reader – America in a multidisciplinary perspective* (pp. 265-284). Malden: Blackwell Publishers.
- Loizos, P. (2008). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (7a ed.) (pp. 137-155). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mansano, S. R. V. (2009). Transformações da subjetividade no exercício do trabalho imaterial. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 512-524. Recuperado de <https://bit.ly/3CiFN2r>
- Mansano, S. R. V., & Périgo, A. M. R. (2020). O trabalho imaterial do designer e a sustentabilidade: impasses. *Desenvolvimento em Questão*, 18(51), 297-316. doi:10.21527/2237-6453.2020.51.297-316
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo, SP: Iluminuras.
- Prestes, V. A., & Grisci, C. L. I. (2017). Modelo de moda: trabalho imaterial e estratégia existencial consumista na expatriação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 20(2), 111-127. doi:10.11606/issn.1981-0490.v20i2p111-127
- Prestes, V. A., & Grisci, C. L. I. (2021). Ritornelos de chefs imigrantes: ritmos e marcas da e na cozinha. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 24(2), 201-215. doi:10.11606/issn.1981-0490.v24i2p201-215

- Rahman, M. M., Alshawi, A. A. H., & Hasan, M. (2021). Entrepreneurship in Ethnic Enterprises: The Making of New Immigrant Businesses in New York. *Sustainability*, 13(20), 1-19. doi:10.3390/su132011183
- Scherer, L. A., Grisci, C. L. I., & Chanlat, J.-F. (2021). Trabalho imaterial e organizações da sociedade civil: alternativa aos modos de trabalhar e de viver de refugiados. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 377-390. doi:10.1590/1679-395120200013
- Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso.
- Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Costa, L. F. L., & Macedo, M. (2021). *Resumo executivo — refúgio em números, 6ª edição*. Brasília, DF: OBMigra.
- The United Nations Refugee Agency. (2021). *Global trends — Forced displacement in 2020*. Geneva: UNHCR.
- Waldinger, R. D., Aldrich, H., & Ward, R. (1990). *Ethnic entrepreneurs: Immigrant business in industrial societies*. Newbury Park: SAGE Publications.
- Wessendorf, S., & Farrer, J. (2021). Commonplace and out-of-place diversities in London and Tokyo: migrant-run eateries as intercultural third places. *Comparative Migration Studies*, 9(28), 1-17. doi:10.1186/s40878-021-00235-3
- Yamamoto, G. C., & Oliveira, J. S. (2021). Imigração como prática de organização: discussões sobre práticas de organização, deslocamento e integração de imigrantes haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, Brasil. *Cadernos Ebape.BR*, 19(2), 292-306. doi:10.1590/1679-395120200015
- Zhou, M. (2004). Revisiting ethnic entrepreneurship: convergencies, controversies, and conceptual advancements. *International Migration Review*, 38(3), 1040-1074. doi:10.1111/j.1747-7379.2004.tb00228.x

Financiamento

Os autores agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — Processo 406343/2021-7.

Notas

1. O termo utilizado na obra de Bauman (2011), traduzido para a língua portuguesa do Brasil, foi vagabundo. Contudo, optou-se por substituí-lo por errante ao entender que mantém o sentido do conceito — aquele que se desloca de modo errático — retirando, pois, a conotação pejorativa atribuída pela língua portuguesa no Brasil — aquele que não gosta de trabalhar.

Autoria

Laura Alves Scherer

Doutora em Administração na linha de pesquisa Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com realização de estágio doutoral na Université Paris-Dauphine, França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) — Campus Santana do Livramento. Pesquisadora do Observatório Internacional de Carreiras (OIC — PPGA/EA/UFRGS), do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (GINEIT — PPGA/EA/UFRGS) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Organizações e Pessoas (GESTA — UNIPAMPA).

E-mail: lauralvescherer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1803-3014>

Vanessa Amaral Prestes

Doutora em Administração na linha de pesquisa Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade La Salle. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão Educacional nos Diferentes Contextos (UNILASALLE), do Observatório Internacional de Carreiras (OIC — PPGA/EA/UFRGS) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (GINEIT — PPGA/EA/UFRGS).

E-mail: vanessa.amaral.prestes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5192-310X>

Carmem Ligia lochins Grisci

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Portugal. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: carmem.grisci@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7034-4007>

Conflito de interesses

As autoras informam que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Primeiro/a autor/a: concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (líder), aquisição de financiamento (líder), metodologia (líder), administração do projeto (líder), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (líder).

Segundo/a autor/a: concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (líder), aquisição

de financiamento (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (apoio), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (líder).

Terceiro/a autor/a: concepção (igual), curadoria de dados (igual), análise formal (apoio), aquisição de financiamento (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (apoio), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional